

Influência do contexto político-institucional na tomada de decisões de docentes de enfermagem sobre a aposentadoria

Influence of the political-institutional context on nursing professors' decision-making about retirement

Influencia del contexto político-institucional en la toma de decisiones de los profesores de enfermería sobre la jubilación

Samira Silva Santos Soares¹ ; Norma Valéria Dantas de Oliveira Souza¹ ; Thereza Christina Mó Y Mó Loureiro Varella¹ ,
Karla Biancha Silva De Andrade¹ , Eloá Carneiro Carvalho¹ , Carolina Pereira Cabral Da Costa¹ 

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Objetivo: compreender as percepções de docentes de enfermagem aposentados de uma universidade pública sobre a influência do contexto político-institucional na tomada de decisão pela aposentadoria. **Método:** pesquisa qualitativa, realizada com 13 docentes de enfermagem aposentados de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Dados coletados entre março e abril de 2022, mediante entrevista semiestruturada, submetida à análise lexical apoiada pelo *software* Iramuteq. **Resultados:** os léxicos “reforma da previdência”, “medo”, “salário” e “greve” apontaram para um contexto de incerteza vivenciado pelos docentes, o qual influenciou na decisão pela aposentadoria. **Considerações finais:** a decisão pela aposentadoria é complexa, pois é marcada não somente pelas questões pessoais, como também pela relação que o docente estabelece com o trabalho e a instituição, bem como pela percepção que tem sobre o contexto social, econômico e político. Nesse cenário, os docentes de enfermagem aposentam-se com pesar e precocemente, em função dos riscos associados à perda de direitos.

Descritores: Trabalho; Universidades; Docentes de Enfermagem; Tomada de Decisões; Aposentadoria.

ABSTRACT

Objective: to understand the perception of retired nursing professors at a public university about the influence of the political-institutional context on decision-making for retirement. **Method:** qualitative research, carried out with 13 retired nursing professors from a public university in the state of Rio de Janeiro. Data were collected through semi-structured interviews submitted to lexical analysis supported by the Iramuteq software. **Results:** the lexicons pension reform, fear, salary and strike pointed to a context of uncertainty experienced by teachers which influenced the decision to retire. **Final considerations:** the decision to retire is complex, as it is marked not only by personal issues, but by the relationship that the professor establishes with work and the institution, as well as the perception he has of the social, economic and political context. In this scenario, nursing professors retire with regret and early due to the risks associated with the loss of rights.

Descriptors: Work; Universities; Faculty, Nursing; Decision Making; Retirement.

RESUMEN

Objetivo: comprender la percepción de profesores de enfermería jubilados de una universidad pública sobre la influencia del contexto político-institucional en la toma de decisiones respecto a la jubilación. **Método:** investigación cualitativa, realizada con 13 enfermeros docentes de enfermería, jubilados de una universidad pública del estado de Río de Janeiro, Brasil. Los datos se recopilaron entre marzo y abril de 2022, a través de entrevistas semiestructuradas sometidas al análisis léxico con el apoyo del *software* Iramuteq. **Resultados:** los léxicos reforma previsional, miedo, salario y huelga señalaron un contexto de incertidumbre experimentado por los docentes, lo que influyó en su decisión de jubilarse. **Conclusión:** la decisión de jubilarse es compleja, ya que está marcada no solo por cuestiones personales, sino también por la relación que el profesor establece con el trabajo y la institución, así como por su percepción del contexto social, económico y político. En este escenario, los docentes de enfermería se jubilan con pesar y a una edad temprana debido a los riesgos asociados con la pérdida de derechos.

Descriptores: Trabajo; Universidades; Docentes de Enfermería; Toma de Decisiones; Jubilación.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho vem passando por uma série de transformações, fenômeno denominado pelo sociólogo Ricardo Antunes como uma nova morfologia do trabalho¹. Essas transformações, no cenário brasileiro, têm se fundamentado no ideário neoliberal, que extrai do trabalhador direitos trabalhistas, por meio de várias artimanhas, como a Pejotização, a terceirização, o trabalho por tempo parcial, entre outros. Nesta seara, o trabalhador vem, sistematicamente, perdendo garantias laborais, o que gera inseguranças em relação ao futuro dos profissionais².

Nessa perspectiva, em 2016, o governo apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016, instrumento legislativo que trouxe à pauta a Reforma da Previdência e culminou na mudança dos planos pessoais e

profissionais de diversos trabalhadores, sobretudo, dos docentes que se sentiam desafiados a tomar qualquer tipo de decisão diante da instabilidade das deliberações governamentais e, ao mesmo tempo, desencorajados em decidir pela aposentadoria, devido à perda salarial, em consequência da proposta de mudança da lei previdenciária³.

Em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista e, em 2019, deu-se a promulgação da nova reforma da previdência social, por meio da Emenda Constitucional 103. Esses fatos evidenciam a retirada progressiva dos direitos dos trabalhadores brasileiros e confirmam a tese de Bourdieu, a qual considera que, em uma sociedade capitalista, a regra do jogo, em um campo social, sempre será imposta a favor da classe dominante⁴, espoliando o trabalhador – “classe-que-vive-do-trabalho”¹, e que tem o trabalho como elemento central na vida.

Assim, ao considerar que já existem estudos⁵⁻⁷ que assinalam a precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente nas universidades públicas estaduais brasileiras e que esses aspectos podem gerar adoecimento, sofrimento e morte em decorrência do trabalho⁸, acredita-se que uma alternativa cogitada por estes trabalhadores para sair desse contexto laboral adoecedor, seja a aposentadoria.

A aposentadoria pode revelar-se promissora, pois o tempo antes, dedicado ao trabalho, passa a ser usado para realização de desejos pessoais e que não eram possíveis de concretização, em função do tempo destinado ao labor⁹. A aposentadoria envolve aspectos subjetivos e objetivos que podem resultar em prazer ou sofrimento. Prazer porque o aposentado terá tempo livre para lazer, para se dedicar mais à família, realizar práticas e estudos que sempre desejou, mas não havia oportunidade temporal no cotidiano. Por outro lado, pode resultar em redução dos ganhos materiais, gerar sentimento de inutilidade e solidão, bem como rompimento dos laços de convivência de amizade que tinha durante o tempo de trabalho¹⁰⁻¹¹.

Além do exposto, é preciso destacar que o sentido atribuído à aposentadoria tem as bases em relações sócio-históricas, políticas, econômicas e institucionais e os fatores que influenciam a decisão pela aposentadoria podem ser pessoais, familiares ou relacionados ao contexto macro (social, de trabalho, político e financeiro)¹². Portanto, a decisão de aposentar-se envolve situações complexas que perpassam desde a saúde do trabalhador até diretrizes políticas e institucionais, evidenciando que é uma decisão complexa e multifacetada.

Desse modo, objetivou-se compreender as percepções de docentes de enfermagem aposentados de uma universidade pública sobre a influência do contexto político-institucional na tomada de decisão pela aposentadoria.

MÉTODO

Trata-se de estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, que considerou os critérios da ferramenta *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ) para desenvolvimento e descrição de uma pesquisa de caráter qualitativa e descritiva.

Como cenário deste estudo, elegeu-se uma universidade pública situada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, local em que surgiram as primeiras inquietações sobre a temática e o interesse por esta pesquisa.

O recorte temporal (2017 a 2021) considerou o contexto político e social, que poderia impactar na decisão dos docentes pela aposentadoria: reforma trabalhista (2017)⁶, mudança de governo (2018)⁶, reforma da previdência social (2019)⁶ e pandemia da doença causada pelo coronavírus do tipo 2 (COVID-19)⁷, em 2020. Em relação à pandemia, este divisor temporal fundamentou-se no entendimento de que muitos docentes tiveram os processos de trabalho alterados, precisando, por exemplo, atualizar-se em relação ao uso das tecnologias de informação e comunicação requeridas no contexto do ensino remoto.

Foram convidados a participar docentes de enfermagem aposentados entre os anos de 2017 e 2021. Como critérios de exclusão, consideraram-se: docentes de enfermagem que alcançaram a aposentadoria em período anterior a seis meses, por acreditar que este seja um período mínimo para familiarização com as rotinas estabelecidas após a obtenção da aposentadoria.

Destaca-se que os participantes foram captados por meio da técnica Bola de Neve¹³, e o contato com novos participantes foi interrompido quando se atingiu a saturação empírica e teórica dos dados.

O contato inicial foi realizado por telefone (via aplicativo *Whatsapp*®), para a sucinta apresentação do estudo e, havendo interesse na participação, realizava-se o agendamento para a entrevista semiestruturada mediada por tecnologia virtual.

Os dados foram coletados entre março e abril de 2022, sendo utilizados formulário para caracterização do perfil dos participantes e roteiro de entrevista semiestruturada para guiar o diálogo e garantir o alcance ao objetivo.

Os dados provenientes do formulário foram organizados e tratados a partir de estatística descritiva. As entrevistas foram gravadas e armazenadas em áudio, tendo seus dados, posteriormente, transcritos integralmente em formato de texto eletrônico, para que pudessem ser avaliados por meio da análise lexical.

A análise lexical foi realizada a partir do processamento dos dados pelo *software* IRAMUTEQ® (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), via Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Neste tipo de análise, o material tratado (*corpus* textual – conjunto das entrevistas), é dividido em classes que apresentam vocabulário semelhante entre si e, ao mesmo tempo, diferente do expresso nas outras classes. Ademais, cada classe apresenta, ainda, os léxicos de maior repetição e os significados naquela classe. Sem contar, que permite a análise de segmentos de texto, ou seja, tornando possível identificar os contextos em que esses léxicos apareceram, permitindo, assim, criar conexões significativas¹³.

Cabe, ainda, destacar que o IRAMUTEQ é um *software* de apoio às pesquisas qualitativas e que executa diversos cálculos estatísticos (a partir do *software* R), a exemplo do teste de qui-quadrado (χ^2), uma das distribuições mais utilizadas em estatística inferencial, principalmente, por avaliar quantitativamente a relação entre o resultado de um experimento e a distribuição esperada para o fenômeno. Ou seja, ele destaca com quanta certeza os valores observados podem ser aceitos como regidos pela teoria em questão^{14,15}.

Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da instituição envolvida. Enfatiza-se que a produção dos dados se iniciou apenas após o aceite do participante, ou seja, posterior à leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para preservar o anonimato dos participantes, os depoimentos foram codificados, utilizando-se a denominação Doc (docente) seguida pelo número da sequência de entrevista.

RESULTADOS

Participaram do estudo 13 docentes de enfermagem. Desses, onze (81,8%) eram do sexo feminino e dois do masculino. A idade dos participantes variou entre 56 e 69 anos, com média de 64 anos.

A renda líquida declarada pelos participantes da pesquisa, ao considerarem os proventos como docentes aposentados de uma universidade pública, variou de sete a 15 salários-mínimos e dependiam dessa renda de uma a quatro pessoas. Ademais, quatro participantes dispunham de duas aposentadorias (uma como enfermeiro/a e uma como docente) e cinco participantes alegaram ter previdência privada, como forma de complementação da renda.

Ao considerar a titulação dos entrevistados, 11 eram professores doutores e dois eram mestres. Quanto à progressão na carreira docente, a maioria (oito participantes) era professor adjunto, três professores assistentes, um professor titular e um professor associado.

O corpus textual foi formado por 13 textos (entrevistas), dos quais foram repartidos em 686 segmentos de textos. Destes, 569 (82,94%) foram aproveitados e divididos em cinco classes que, após a análise textual, foram denominadas pelas autoras considerando o conteúdo textual e o referencial teórico. A classe que atende ao objetivo deste estudo foi a maior, sendo representada por 130 segmentos de texto (22,9% do material aproveitado) e denominada “Incertezas e inseguranças que permeiam a decisão da aposentadoria”.

Os léxicos mais frequentes nesta classe foram: reforma da previdência (χ^2 - 53), medo (χ^2 - 49), salário (χ^2 - 38,4). Também, apareceram nesta classe os léxicos: contribuição (χ^2 - 22,1), direito (χ^2 - 19,6), idade (χ^2 - 18,9), paridade e incerteza (ambas com χ^2 de 17). E, vale ainda destacar o léxico greve (χ^2 - 12,75).

Ao recuperar os segmentos típicos dessa classe, identificaram-se três subtemas: o medo da reforma da previdência; a insegurança sobre a garantia de direito e a greve que marcou a universidade.

O medo da reforma da previdência

Durante o período em que se discutia sobre a reforma do sistema previdenciário no Brasil, esta gerou entre os docentes o sentimento de medo e, de forma direta ou indireta, contribuiu fortemente com a mobilização dos docentes em busca da aposentadoria.

Eu conheço vários colegas de universidades federais que se aposentaram correndo, com medo da reforma da previdência. Também, não era o que eu queria, de fato, naquele momento, eu estava me sentindo obrigada a fazer aquilo, pela minha família, por mim. (Doc. 1)

Eu vi muitos docentes se aposentando nesses últimos tempos, por já terem o tempo de serviço e por conta dessas questões da reforma da previdência. (Doc 12)

Eu vivenciei uma fase em que muitos docentes com medo de reforma da previdência se aposentaram precocemente; é como se a pessoa não quisesse apostar no que vinha pela frente e se aposentou. (Doc 9)

Eu acho que a minha geração foi marcada por um contexto político que trouxe muitas incertezas e uma reconfiguração do que de fato se pensa do serviço público. (Doc 4)

A insegurança sobre a garantia de direitos

A análise dos dados permitiu constatar que, cientes da lógica neoliberal e do histórico de retirada de direitos a cada reforma da previdência, as docentes sentiam-se inseguras sobre a garantia de seus direitos em um momento crucial da vida, a aposentadoria. Essa situação pode ser verificada nos seguimentos de texto apresentados a seguir.

Eu estava com medo de perder meus direitos. O Estado e eu, não digo só o do Rio de Janeiro, mas, o Estado brasileiro, tem tido muito essa perda de direitos e eu tinha risco de perder a paridade. (Doc. 2)

No sistema federal, eu cheguei a pegar quatro mudanças na aposentadoria, quatro reformas da previdência. Aqui na Universidade, o que pegou foi a questão da Dedicção Exclusiva, se seria ou não considerada no salário base da aposentadoria. (Doc. 10)

O trabalhador foi perdendo o direito e isso é muito triste. (Doc 13)

A greve que marcou a universidade

Para além do medo e insegurança sobre a reforma da previdência, o histórico de greves e, especialmente, as aflições vivenciadas pelas docentes na greve de 2015 a 2017, que assolou a universidade, também foram latentes e influenciaram a decisão pela aposentadoria.

Um pouco antes dessa história toda da reforma da previdência, ainda teve uma greve. Esses foram os piores períodos de trabalho, ficamos sem salário, um período longo. Sei que muitos colegas pediram empréstimos um do outro para pagar as despesas de sobrevivência. (Doc. 08)

A Universidade passou um período complicado de greve, de falta de salário. Muitas pessoas começaram a reduzir carga horária em função dessa história de falta de salário, foi um período difícil. (Doc. 06).

DISCUSSÃO

A discussão sobre os dados relacionados ao perfil dos participantes se apresenta de forma conjunta à exposição das temáticas, por estabelecer estreita relação com os aspectos discorridos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) fixa o sistema de seguridade social como o principal instrumento de proteção social¹⁶, formado pela tríade da Previdência Social, da Assistência Social e da Saúde. Neste contexto, destaca-se que a Previdência Social brasileira abarca três regimes: i) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no qual todos os que desejam ser segurados podem se inscrever, visto que se trata de um regime contributivo e de filiação obrigatória aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); ii) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que regula as leis previdenciárias de servidores de um determinado ente federativo e; iii) Regime de Previdência Complementar (RPC), de natureza privada, de filiação facultativa, que tem por intenção complementar a renda oficial do trabalhador¹⁷.

Estes três regimes vêm, ao longo dos anos, passando por mudanças, e as reformas e contrarreformas implementadas têm restringido cada vez mais as garantias relativas à aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, inclusive dos docentes¹⁸. Corroborando os achados desta pesquisa, estudo com docentes universitários¹⁸ constatou que a PEC 287/2016, referente à Proposta da Reforma da Previdência, era o principal fator de influência para a saída da universidade.

Observa-se, portanto, que os retrocessos advindos com as reformas revelam uma agenda de desmonte de direitos e um lugar de crescente insegurança jurídica para os trabalhadores como parte do processo de precarização do trabalho¹⁹. A insegurança em relação à permanência ou não dos direitos trabalhistas, a instabilidade e a precariedade nos vínculos laborais têm repercussões na saúde física e mental dos trabalhadores, embora seja difícil afirmar que as doenças, sobretudo as psicossomáticas, sejam sintomas de trabalhadores que vivenciam estas circunstâncias de desamparo e falta de proteção social²⁰.

Acredita-se que a recente reforma da previdência é considerada a mais injusta com os brasileiros e a que mais aumenta riscos aos grupos vulneráveis, como mulheres e idosos^{18,21}. Sem dúvidas, este aspecto é preocupante, pois os docentes de enfermagem, em fase de aposentadoria, são, em maioria, mulheres idosas e que vêm desde os anos de 1990 acompanhando os processos de reforma e sofrendo com os cortes orçamentários e o desinvestimento na educação pública, em favor de medidas de privatização, que atendem à lógica de organismos internacionais.

Para além das mudanças nos dispositivos jurídicos relacionados à reforma da previdência, os docentes que participaram desta pesquisa também mantinham preocupação em relação à paridade e incorporação da dedicação exclusiva aos proventos da aposentadoria.

A paridade significa garantir o reajuste do benefício ao servidor inativo, tal como ocorre a remuneração dos servidores ativos²². Já o regime de Dedicção Exclusiva (DE), no cenário estudado, pode ser aderido ou não pelo docente, e é aquele que o impede de exercer outra atividade remunerada, seja ela pública ou privada, com exceção das atividades previstas na Lei nº 12.772/2012, enquanto estiver na ativa. Os docentes da pesquisa trouxeram à luz um dilema

institucional sobre a incorporação ou não dos valores recebidos em função da DE nos proventos da aposentadoria. Essa situação foi pacificada com a Lei 8267/2018, que garantiu aos servidores que aderiram ao regime de DE contar com a efetiva fixação da DE nos proventos de aposentadoria²³.

Cabe destacar que quatro participantes informaram usufruir de duas aposentadorias. Esse fato é possível, pois, o artigo 37 da Constituição Federal²⁴ admite o acúmulo de dois cargos de professor, um cargo de professor com um outro técnico ou científico, e ainda dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, desde que se comprove a compatibilidade de carga horária. Assim, o docente poderá também, ao afastar-se do trabalho, gozar das duas aposentadorias.

Neste estudo, apenas cinco participantes alegaram ter plano de previdência complementar (privada). Estudo realizado com docentes afirma que esses trabalhadores não se preparam materialmente, prevendo meios de acrescentar proventos, com antecedência à data prevista para a aposentadoria, mesmo quando reconhecem a necessidade de pensar sobre ela²⁵. Por outro lado, pesquisa realizada com trabalhadores do setor privado mostrou resultado contrário, pois estes, em maioria, planejam o complemento de renda para a aposentadoria por meio da Previdência Privada²⁶.

Também, convém destacar o impacto sobre os docentes causado pela greve que marcou a universidade. A universidade pesquisada tem a história marcada por diversas greves, entretanto, a mencionada pelos participantes referiu-se a que atingiu a universidade no período de 2015 a 2017, considerada uma das piores crises da história dela. Este período foi caracterizado pela enorme crise fiscal do Estado, repercutindo na saúde e na educação, o que ocasionou déficit na receita direcionada para a Universidade, repercutindo na suspensão dos pagamentos diversos, desde aqueles relacionados aos professores (salários) e estudantes (bolsas de monitoria, iniciação científica etc.), como também os serviços de manutenção (prestados por empresas terceirizadas), entre outros²⁷.

Essa situação afetou drasticamente as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela universidade. Em 2016, por exemplo, o Hospital Universitário Pedro Ernesto, pertencente a essa universidade, teve que dar alta para pacientes internados que não corriam risco de vida. E, no mesmo ano, os docentes decidiram entrar em greve, pela regularização dos salários, pelo pagamento das bolsas, reajuste salarial e pela destinação de 6% do orçamento estadual para as universidades²⁷.

A forte crise pela qual a universidade passou foi danosa para toda a comunidade acadêmica e trabalhadora. O alto índice de afastamentos docentes (definitivos e temporários) foi um reflexo desse período conturbado e mostra que a universidade atingiu o pico de 2.916 docentes em 2016, mas, devido à crise de financiamento pela qual a universidade passou, teve esse número reduzido para 2.734 até 2019, por aposentadorias e pedidos de exoneração²⁸.

Ademais, cabe considerar que, se por um lado, a mobilização dos docentes, discentes, técnicos-administrativos e demais funcionários, aliada a uma forte solidariedade da sociedade, foi muito importante durante o processo de resistência em meio à greve²⁷, por outro, os desafios dos docentes não se encerraram com o final da greve, ao invés disso, os anos subsequentes seguiram sendo marcados por novas lutas, como já apresentado.

Assim, diferente do que se identificou estudo com docentes de duas universidades federais do Nordeste brasileiro, os participantes dessa pesquisa não expressaram a intenção de adiar a aposentadoria, pelo contrário, viram-se impelidos à antecipá-la²⁵. Essa situação denota o quão difícil e intranquilo pode ser o encerramento da carreira do docente universitário⁹, motivado por questões das mais diversas ordens.

Outro fator que estabelece relação com este fato é a idade dos participantes, nota-se que, em função do critério idade, os docentes aposentados ainda poderiam permanecer por mais tempo no serviço, caso expressassem o interesse. Afinal, a aposentadoria compulsória, ou seja, a passagem obrigatória do servidor da atividade para a inatividade somente ocorre quando este completa 75 anos de idade, independentemente de sexo.

Também, cabe destacar que os participantes eram docentes altamente titulados e a saída precoce da universidade acarreta impacto importante, especialmente considerando as competências e habilidades que estes detêm para o ensino de pós-graduação. No Canadá, a aposentadoria do corpo docente tem sido preocupação crescente para a comunidade de ensino de enfermagem, devido ao impacto que pode ter na preparação da futura força de trabalho de enfermagem²⁸. Embora a realidade brasileira seja distinta, essa experiência deve servir de alerta²⁹.

É preciso estar atento aos aspectos institucionais que desmotivam a continuidade do fazer docente e que podem estar associados à rotatividade do corpo docente de enfermeiros⁹. Dentre os aspectos que envolvem essa desmotivação, encontram-se os salários aquém das necessidades e expectativas do coletivo profissional; alta demanda laboral com atividades de caráter diversificado, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e gestão pedagógica; atividade penosa na qual se demanda o uso recorrente da voz e da postura de pé, entre outras. E, no caso da enfermagem, estes docentes, além da capacidade de ministrar aulas teóricas com conteúdos sempre atuais, também carecem de aulas práticas e acompanhamento em campo de estágio, o que também demanda habilidade psicomotora e afetiva para desenvolver esta tarefa³⁰.

Como contribuição deste estudo, tem-se o fato de trazer à tona preocupação legítima daqueles que têm se dedicado a estudar sobre os aspectos ligados ao trabalho, à formação e educação em saúde, e, em especial, em enfermagem, a saber: a preocupação com o êxodo iminente dos docentes “seniores” ou que ocupam os mais altos níveis na carreira e a necessidade de preparar os docentes mais jovens para a ascensão na carreira. E, ainda, a necessidade do Estado e das Instituições de ensino superior em aprimorar as políticas, os programas, os serviços e as ações, de forma a tornar a transição “do trabalho” para a “aposentadoria” uma experiência mais positiva e menos traumática.

Limitações do Estudo

Entende-se que a limitação deste estudo se encontra na impossibilidade de os resultados serem generalizáveis, pois há especificidade política e institucional próprias do local e da universidade investigada que podem não ser semelhantes a outras regiões e instituições de ensino superior do Brasil. No entanto, destaca-se que esta pesquisa pode servir de incentivo para estudos semelhantes, inclusive em uma perspectiva multicêntrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão por aposentar-se envolve diversos fatores, mas, especialmente neste estudo, emergiu a ameaça à sobrevivência material. Nesta perspectiva, a perda de direitos trabalhistas, como a paridade e a não incorporação da DE na aposentadoria, impulsionou a resolução pela aposentadoria. Nesse cenário, os docentes de enfermagem aposentaram-se com pesar e precocemente em função dos riscos e prejuízos associados à perda de direitos.

Outros aspectos que estimularam a decisão pela aposentadoria foram o desgaste e o sofrimento psíquico vivido decorrentes do contexto da recuperação fiscal experienciado no estado do Rio de Janeiro, e as incertezas sobre a manutenção dos salários e demais atividades relevantes para o processo de trabalho na universidade. Este período, marcado por grande resistência do coletivo docente e pelas lutas políticas, resultou em longa greve, foi desgastante e impactou negativamente na subjetividade das pessoas, sendo, assim, uma estratégia de fuga desse contexto foi a aposentadoria.

Salienta-se outro resultado importante relacionado à idade, em que muitos dos docentes se aposentaram, alguns ainda nem eram idosos nem se encontravam próximos da aposentadoria compulsória. Deste modo, conclui-se que é preciso implementar políticas institucionais que visem manutenção dessa força de trabalho altamente qualificada nas universidades, por meio de condições laborais adequadas, contexto de trabalho seguro e valorização social e profissional desses profissionais.

REFERÊNCIAS

1. Antunes R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estud Av.* 2014;28(81):39-53. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>.
2. Farias SNP, Souza NVDO, Andrade KBS, Varella TCML, Soares SSS, Carvalho EC. Brazilian labor reform and implications for nursing work: a case study. *Rev Esc Enferm USP.* 2021; 55:e20210230. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0230>.
3. Nascimento PDM, Polia AA. Plans for the future: an analysis of the occupational perspective of professors for the retirement period. *Cad Bras Ter Ocup.* 2019; 27(2):390-402. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1647>.
4. Bourdieu P. Sociologia. In: Ortiz R, organizador. *Esboço de uma teoria da prática.* São Paulo: Ática; 1983. p. 46-81.
5. Borges EF, Cecílio S. O trabalho docente no Brasil [década de 1950 aos dias atuais]: a precarização no contexto de (re)democratização. *Holos.* 2018; 5:177-94. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.6535>.
6. Silva MA. Critical analysis of the proposal for social security reform in Brazil between 2016 and 2018. *Serv Soc Soc.* 2019; 135:213-30. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.175>.
7. Bernardo KAS, Maia FL, Bridi MA. The remote work settings of teacher’s category in the context of pandemic Covid-19. *NORUS.* 2020; 8(14):8-39. DOI: <https://doi.org/10.15210/NORUS.V8I14.19908>.
8. Souza KR, Rodrigues AMS, Fernandez VS, Bonfatti. The health category in the perspective of worker’s health: an essay about interaction, resistances and praxis. *Saude Debate.* 2017; 41(spe2):254-63. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S221>.
9. Sobral MN, Francisco DJ. The (non) place of retired in the institution: memo-ries of professors. *Rev Edu Questão.* 2019; 57(52):e-15941. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n52ID15941>.
10. Soares S, Costa C, Oliveira C, Souza N. Theory of social representations and the meanings of retirement in Brazil. *Rev. enferm. UERJ.* 2022; 30(1):e59798. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2022.59798>.
11. Macêdo LSS, Bendassolli PF, Torres TL. Social representation of retirement and intention of continue working. *Psicol Soc.* 2017; 29:e145010. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i29145010>.
12. Queiroz Oliveira P K, Nascimento de Almeida A, Nunes A. Determinants of the public service retirement decision. *Administração Pública e Gestão Social.* 2021 [cited 2022 Aug 15]; 13(1). Available from: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564966007>.
13. Vinuto J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temat.* 2014 [cited 2023 Aug 15]; 22(44):203-20. Available from: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>.
14. Salviati ME. Manual do aplicativo Iramuteq. Planaltina: UNB; 2017 [cited 2022 Aug 12]. Available from: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>.

15. Capp E, Nienov OH, organizadores. Bioestatística quantitativa aplicada. Porto Alegre: UFRGS; 2020 [cited 2022 Aug 12]. Available from: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213544/001117623.pdf?sequence=1>.
16. Marques CGM. The construction of the social security system from the point of view of the constitutional paradigms. *Revista da AJURIS*. 2017 [cited 2022 Aug 13]; 44(142):13-41. Available from: http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/631/Ajuris_142_DT_1.pdf.
17. Siviero PCL. Desafios enfrentados pelos regimes de previdência no Brasil: o papel das premissas atuariais nos RPPS municipais. *R. bras. Est. Pop.* 2019; 36:e0092. DOI: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0092>.
18. da Silva MLL. Counter reformation of Social Security under financial capital command. *Serv. Soc. Soc.* 2018; 131:130-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.134>.
19. Baraúna E, Lourenço A, Lole A, Stampa I. The world of work in check: Brazil plagued by the legal uncertainty of labor reform. *O Social em Questão*. 2021; 49:197-220. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.51143>.
20. Araujo MRM de, Morais, KRS de. Labor precariousness and the worker's overthrow process. *Cad. psicol. soc. trab.* 2017 [cited 2023 Jan 05]; 20(1):1-13. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso.
21. Lobato LVC, Costa AM, Rizzotto. Pension reform: the fatal blow to Brazilian social security. *Saude Debate*. 2019; 43(120):10-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912000>.
22. Barifouse L, Souza JMG. Integralidade e paridade no regime próprio dos servidores públicos: reminiscências pós EC 41/03. *Rev Dir Proc Geral*. 2013 [cited 2022 Aug 12]; 67:173-88. Available from: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA3Nw%2C%2C>.
23. Mello CR. Docentes já contam com DE na aposentadoria. Rio de Janeiro: UERJ/SGP [site de internet]. 2021 [cited 2022 Aug 12]. Available from: <http://www.sgp.uerj.br/site/index.php/noticias/20-noticias/477-docentes-ja-contam-com-de-na-aposentadoria.html>.
24. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
25. Amaral LBC, Torres TL. Social representations of retirement for teachers at public universities. *Psicol Saber Soc.* 2018; 6(2):130-45. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.23594>.
26. Carvalho LSM, Rodrigues MS, Oliveira AL. Retirement from the perspective of private sector workers. *Mudanças*. 2021 [cited 2022 Aug 15]; 29(1):21-32. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/muda/v29n1/v29n1a03.pdf>.
27. Reznik L, Pinto CEP, Silva CB, Gonçalves MA, Fernandes RAN. 70 anos UERJ: 1950-2019. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019 [cited 2022 Aug 12]. Available from: <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2019/12/Book-UERJ-70-anos.pdf>.
28. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Relatório de gestão 2016-2019. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2019 [cited 2022 Aug 12]. Available from: <https://eduerj.com/?product=relatorio-de-gestao>.
29. Fang D, Kesten K. Retirements and succession of nursing faculty in 2016-2025. *Nurs Outlook*. 2017; 65(5):633-42. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.outlook.2017.03.003>.
30. Campos T, Vêras RM, Araújo TM. The teacher's work in brazilian public universities and mental disease: a bibliographic review. *Rev Doc Ens Sup.* 2020; 10:1-19. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>.

Contribuições dos autores

Concepção, S.S.S.S. e N.V.D.O.S.; metodologia, S.S.S.S. e N.V.D.O.S.; software, S.S.S.S.; validação, S.S.S.S., N.V.D.O.S., T.C.M.M.L.V., K.B.S.A., E.C.C. e C.P.C.C.; análise Formal, S.S.S.S. e N.V.D.O.S.; investigação, S.S.S.S.; obtenção de recursos, S.S.S.S.; curadoria de dados, S.S.S.S. e N.V.D.O.S.; redação - preparação do manuscrito, S.S.S.S., N.V.D.O.S., T.C.M.M.L.V., K.B.S.A., E.C.C. e C.P.C.C.; redação – revisão e edição, S.S.S.S., N.V.D.O.S., T.C.M.M.L.V., K.B.S.A., E.C.C. e C.P.C.C.; visualização, S.S.S.S., N.V.D.O.S., T.C.M.M.L.V., K.B.S.A., E.C.C. e C.P.C.C.; supervisão, N.V.D.O.S.; administração do Projeto, S.S.S.S. e N.V.D.O.S.; aquisição de Financiamento, S.S.S.S. Todas as autoras realizaram a leitura e concordaram com a versão publicada do manuscrito.